



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

EDUCAÇÃO NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ NO FINAL DO XVIII E COMEÇO DO XIX

Flávio P. Costa Júnior (UFPA; SEMED-São Luís) – flaviopoeta@hotmail.com

RESUMO

Na virada do século XVIII para o XIX a Coroa portuguesa incentivou o desenvolvimento do conhecimento de seus súditos americanos de duas formas. Primeiro com envio de impressos científicos que portassem as técnicas e conhecimentos modernos que estavam sendo realizados na Europa, e por isso parte destas obras eram traduções de outros idiomas. Mas também eram memórias inéditas produzidas pelos sócios da Academia das Ciências de Lisboa, publicadas com aval real, principalmente na Tipografia do Arco do Cego, que fora instituído exclusivamente com este objetivo. Estes impressos enviados para diversas partes do Império pluricontinental português tinham principalmente a temática agrarista, mas também possuíam outros temas como química, mineralogia, história, dentre outros. A outra forma para desenvolvimento da educação foi a concessão de bolsas para os luso-americanos estudarem em Portugal. É importante frisar que na América portuguesa era proibido instituições de ensino superior e por isso era necessário aos súditos americanos ir para o Reino obterem esse tipo de formação. A instituição que tinha a primazia era a Universidade de Coimbra, mas também haviam outras como era o caso da Academia Real da Marinha. O interesse da Coroa para que os seus súditos americanos desenvolvessem nos estudos estava diretamente relacionado a forma como a política portuguesa entendia a necessidade de conhecer melhor as suas possessões. Por isso era de extrema importância que houvessem pessoas gabaritadas cientificamente para atuar nas pesquisas das potencialidades econômicas que a natureza pudesse oferecer para o Império. Isto é uma característica importante para a educação de então, pois a ciência não serviria para os propósitos do Império se não fosse pragmática. Na capitania do Maranhão, no governo de D. Diogo de Sousa (1798-1804) além de ter sido enviados indivíduos para estudarem no reino, o próprio governador solicitou que fosse instituída a cadeira de História Natural e Química para os habitantes locais. Já em outro sentido, o governador D. Francisco de Sousa Coutinho no Grão-Pará (1790-1803) defendia que se deveria diminuir o número de cadeiras, por achar desnecessário e desperdício de recursos o estudo de gramática latina e retórica na região. Por meio do uso da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o objetivo deste trabalho é avaliar como a política portuguesa e a local atuaram no conhecimento de luso-maranhenses e luso-paraenses no período.

Palavras-chave: Império Português. Maranhã. Grão-Pará.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

1 INTRODUÇÃO

A análise da natureza e a domesticação desta através da agricultura e pecuária sofreu mudanças significativas no século XVIII. Em Portugal estas mudanças vão ficar evidenciadas pela valorização das ciências naturais no Colégio dos Nobres e pela nova constituição acadêmica da Universidade de Lisboa pelo Marquês de Pombal. A educação é fator chave para se entender como vai ser difundido tais conhecimentos surgidos ou reavaliados no Setecentos. Deste modo os colonos da América Lusitana que estavam inseridos ou desejosos de fazer parte do aparelho estatal do Império, vão ter que, no século em questão, aperfeiçoar o conhecimento individual. Mas não se trata de qualquer conhecimento, mas o acadêmico legitimado pela ciência de então.

Assim, no caso específico do Maranhão e Grão-Pará, nota-se pedidos a fins de estudar em Portugal. Para além que, o conhecimento era difundido através dos impressos advindos da metrópole. Esta valorização foi fruto do conhecimento reformado pelo Marquês de Pombal, através de instituições como a Universidade de Coimbra, fazendo parte daquilo que o historiador Kenneth Maxwell (1999) consagrou como “geração de 1790”.

O ensino é fator chave para o sucesso da melhor experimentação da Coroa das potencialidades da natureza local. Através do ensino que possibilitaria a capacidade de avaliação da natureza, de entender os livros acadêmicos que eram enviados para colônia e qualificar “mentes pensantes” que pudessem apresentar o problema de forma crítica para então trazer uma solução eficiente. Por isso que a atenção do ensino se tornou primordial desde antes do ministério de Pombal, com os estrangeirados. Por outro lado, as famílias abastadas ao longo do século XVIII vão cada vez mais valorizar a formação acadêmica, pois as necessidades administrativas do Império demandavam por indivíduos capacitados. Assim é que estas famílias, sobretudo os de nobreza baixa, sedentos por adentrar cargos que pudessem os alavancar socialmente, enviaram seus filhos para estudar nas universidades da Europa, com destaque para a de Coimbra.

As medidas desde o Marquês de Pombal trouxeram como novidade para o sistema educacional do reino e possessões ultramarinas as aulas régias. Estas mudanças foram significativas para alienar este assunto da esfera da Igreja para o controle direto da Coroa.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Assim sendo avaliamos as questões acerca da educação no Maranhão na virada para o Oitocentos.

2 EDUCAÇÃO NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

No próprio Maranhão do final do século XVIII o ensino régio possuía três cadeiras: retórica, filosofia e gramática latina. E que será na gestão de D. Diogo de Sousa que instituirá uma quarta cadeira voltada para o conhecimento naturalista: história natural e química (AHU-MA, d. 8767). O que demonstra que a forma de se avaliar o ensino trouxe transformações diretas para os colonos e assim o conhecimento natural já poderia estar no uso cotidiano por aqueles que já o receberam da escola. Inclusive nas próprias palavras de D. Diogo esta outra cadeira proporcionaria o interesse dos próprios colonos. Infelizmente não foi encontrado mais informações sobre esta nova disciplina, como por exemplo quem foi o professor que iria ministra-la. O naturalista Vicente Cabral que será professor na cidade de São Luís, haja vista suas contribuições acerca da natureza da capitania, assumirá a disciplina de retórica. O que traz suspeitas que a de história natural e química não tenha logrado sucesso. Curiosamente, no mesmo período o governador do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho propôs que cancelassem algumas cadeiras, deixando somente para se aprender o básico da leitura e da matemática.

Vicente Dias Cabral que terá especial serviço para os estudos da natureza na região será indicado pelo governador D. Diogo de Sousa para o cargo de professor de retórica. Segundo Meireles (1979), o intuito do governador seria de conceder a vitaliciedade no cargo de escrivão-mor na Ouvidoria da capitania para o naturalista, que, no entanto, não foi possível. Neste sentido é que o bacharel requere junto ao príncipe D. João a cadeira de retórica da cidade de São Luís (AHA-MA, d. 9996). Este fato é importante pois indica o posicionamento de um agente pesquisador para o ambiente de sala de aula, local de transmissão do saber.

No entanto, houveram dificuldades para que o naturalista assumisse a dita cadeira. Em requerimento de 1806 Dias Cabral solicita que seja pago os seus ordenados que estavam suspensos (AHU-MA, d. 10935, 10936). A suspensão foi requerida pelo juiz de fora e aceita



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

pelo procurador da fazenda, o que ensejou uma disputa judicial entre o bacharel e a Junta da Fazenda. Dias Cabral, que era bacharel em direito vai questionar o posicionamento da Junta, alegando que não era da competência desta tomar tal medida, mas somente o governador e os ministros da marinha e ultramar (no caso o sucessor de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Anadia) teriam estas prerrogativas.

A acusação da Junta alega que era de conhecimento notório que Dias Cabral nunca havia ministrado alguma aula de retórica e por isso seria indevido o pagamento a ele. No despacho da referida Junta, alega ainda que não procede da defesa do bacharel que esta não possuísse a competência para decidir sobre o pagamento dos serviços dele, pois segundo a Junta é sua função também vigiar o uso que se está fazendo da economia local e assim evitar qualquer tipo de gasto supérfluo.

Dias Cabral ganhou a disputa, como vai ser indicado que seu parecer foi favorável dado pelo príncipe regente D. João (AHU-MA, d. 11130). Curiosamente neste mesmo documento traz à tona outra disputa acerca deste cargo, no ano de 1808. Acusa que um tal cônego Nicolau de Sousa Pereira Pinto, utilizando dos documentos da Junta o queria tirar o bacharel da cadeira para assumir em seu lugar. Desconhecemos o resultado deste pedido, pois não há mais documentação relativo a isso. De todo modo como destacado em capítulo anterior Dias Cabral vai falecer no ano de 1810 e que ele estava imbuído para fazer uma expedição naturalista sobre as fronteiras entre o Maranhão e o Goiás (atual Tocantins).

Sobre o ensino superior, entre os anos 1722 a 1822 foram 866 estudantes para Universidade de Coimbra advindos da América Lusitana. O curso preferenciado pelos estudantes eram o direito com 568, mas que dentre estes, 281 (a metade) se formaram simultaneamente em matemática ou ciências naturais. E haviam 141 formados somente nas ciências exatas e naturais (SILVA, 1968). Demonstrando o grande interesse em uma formação em ciências naturais para o período.

No Maranhão, capitania voltada diretamente para a cultura algodoeira e de rizicultura, haverá um exponencial aumento das atividades econômicas com um crescimento populacional na região, tornando-se São Luís a 4ª maior cidade na primeira metade do século XIX. Nestas condições há um aumento também da demanda de envio de indivíduos para



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

formação de um contingente técnico-científico pelas universidades europeias. O envio de estudantes para Europa se dá pela falta de universidades na colônia, e desse modo, quem quisesse se aprimorar em um curso de ensino superior teria que o realizar na Europa. Por outro lado, no final do Setecentos a Coroa fomentará com bolsas esta capacitação dos colonos em nível superior. E isto tinha por finalidade estratégico, pois permitiria a estes indivíduos trabalhar de forma específica na máquina burocrática do Império, além de que, no caso específico da natureza, poder-se-ia avaliar de forma precisa as potencialidades econômicas das diversas regiões na América Lusitana (GALVES; BASÍLIO, 2014).

Com o fomento aos estudos houve um crescimento de matriculados na Universidade de Coimbra oriundos do Maranhão. De modo que o período entre 1798 a 1807 é marcado pela presença ininterrupta de estudantes luso-maranhenses nesta instituição. É notório o caso da família Belfort, que segundo Marcelo Cheche e Romário Basílio é o sobrenome que mais sobressai na lista de estudantes luso-maranhenses entres os anos de 1778-1823 (GALVES; BASÍLIO, 2014). Esta família foi influente e rica no Maranhão setecentista e oitocentista.

Em aviso de 21 e 27 de outubro de 1799 direcionado a câmara de São Luís, ordenava-se que se enviasse estudantes ao Reino para completar estudos

Pessoa hábeis para, depois de aprenderem, voltar para esta Capitania a fim de exercer os empregos de tipógrafos, hidráulicos, médicos, contadores, e cirurgiões, aos quais a Câmara devia estabelecer pensões alimentares enquanto estudassem na Universidade de Coimbra ou na Academia de Marinha de Lisboa. (Apud Meireles, 1979)

A necessidade de um corpo técnico-científico se faz necessário frente as demandas da burocracia colonial. D. Diogo de Sousa se queixa em um aviso de 1800 que não foram concluídas as obras por faltas de indivíduos capacitados (AHU-MA, d. 8596). Não informa neste documento de qual obra seria, mas fica patente a importância, já que lembra ao ministro D. Rodrigo que a urgência da concretização é desejo do príncipe regente, D. João. Por isso o governador apresenta que há uma demanda por um engenheiro hábil para “desenha-la [a obra], calculá-la, dirigi-las”. D. João Pereira Amorim, governador subalterno do Piauí, destaca em ofício que não havia até aquele momento naturalista que pudesse avaliar a lista de vegetais que lhe foi condicionado por descobrir as suas potencialidades (sobretudo ao que se refere na fabricação de papeis). Apesar de referida, não é apresenta tal lista (AHU-PI, d. 1166). Mas é



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

importante destacar aqui que os cumprimentos destas ordens advindas do Reino, não estavam sendo realizadas por falta de indivíduos capacitados para tanto.

Em aviso de setembro de 1798, D. Diogo de Sousa trata do envio de um cadete do Regimento de linha da cidade, Antônio Lourenço dos Santos, para prosseguir estudos no Reino (AHU-MA, d. 8253). No mesmo documento vai à avaliação do Comandante do regimento sobre tal envio deste cadete para o Reino. Informa que o Lourenço dos Santos tem “alguma a petição na Aritmética [e por isso] tenho empregado em Mestre da Aula de Regimento, tem boa conduta; mas não tenho maior conhecimento da capacidade que poderá ter para o “mais estudos”. Por meio deste trecho se percebe que apesar de aparentemente não ter uma formação, o cadete estava dando aula por ter conhecimento em aritmética. Não havendo um indivíduo capacitado era utilizado aquele que pudesse ter alguma aptidão para sanar a demanda local, no caso o ensino de matemática. Mas se faz destacar que apesar de atendida em um primeiro momento tal necessidade, haveria de melhor capacitar tal indivíduo para permitir um melhor trabalho em sala de aula.

D. Diogo ainda enviou outro militar, o alferes José Félix Pereira de Burgos, em agosto de 1800 para fazer estudos na Universidade de Coimbra. Infelizmente não dá maiores informações sobre. Antônio da Silva Cunha e Manoel Corrêa de Faria são outros suplicantes para estudar no Reino (AHU-MA, d. 8579, 8587). Estes vão pedir para a Coroa que a câmara dê licença para eles, pois já havia sido dado pelo príncipe regente. Porém D. Diogo informa que só seria feita depois que o príncipe resolvesse sobre questões acerca do plano de estudos.

No texto não fica claro quais são as “questões” que D. João tem que resolver, mas parece que se trata das pensões (bolsa de estudo) para tais estudantes se manter no Reino. Em dado momento D. Diogo em um ofício informa que já se estava constituindo reservas para uso dos alunos da capitania (AHU-MA, d. 8376). Assim parece, pois, outros dois suplicantes (Manuel Rodrigues de Castro e Severino Ferreira Lustosa) em outro documento estão com pedidos semelhantes, mas que estão temporariamente parados e os motivos levantados é que ainda se estava esperando a decisão do príncipe regente de definir como seria a forma da pensão para os estudantes que fossem enviados para o Reino (AHU-MA, d. 8588). Neste documento fica claro que haveria critérios para serem enviados para estudar em Portugal, e



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

não tão somente com o desejo daqueles que queriam estudar. Assim, D. Diogo vai dá o parecer de que seja negado a Manuel Rodrigues de Castos estudos no Reino. Haja vista que, segundo o governador, era já de idade avançada e que lia e escrevia muito mal. Já para Ferreira Lustosa dá o parecer que se deva dar mais atenção a sua petição, “ainda que os serviços dele não sejam de maior consideração”.

Este momento é que se inicia o período de fomento de estudos no Reino. A necessidade de especialização acadêmica dos colonos, torna-se uma necessidade de Estado. Pois serão estes que trarão benesses para o Império mediante os conhecimentos adquiridos na Universidade de Coimbra. Em 1800 há o envio de estudantes para realizarem cursos de ciências naturais e exatas (AHU-MA, d. 8974). E são estes os enviados e os cursos pretendidos: Francisco Diogo Velez (matemática), Raimundo Pedro da Silva e Cunha (idem), José Alves de Carvalho (medicina) e Antônio Xavier de Lima (cirurgia). As bolsas de estudos são no valor de 250.000 mil réis anuais. Além do mais, D. Diogo destaca que estas bolsas serviriam para despesas com alimentação, vestuários, compra de livros e matrículas.

Destes estudantes conseguimos encontrar referências na documentação somente a Francisco Diogo Velez e a Raimundo Pedro. Em 1805, o primeiro no intuito de se aprimorar em seus estudos, vai solicitar a permanência no Reino para que pudesse estudar na Academia da Marinha. Não fica claro se ele terminou o curso de matemática na universidade de Coimbra. Diogo Velez era cadete do regimento de linha da cidade de São Luís do Maranhão, sua formação acadêmica era para ser utilizada em conjunto com sua ocupação militar. Isto porque, segunda a carta, o referido estudante deveria retornar para o Maranhão a fim de assumir as funções de geógrafo, medidor hidráulico e arquiteto. Outra informação importante é que o documento se refere aos demais estudantes que tais não cumpriram com o determinado e nem sequer ficaram na cidade de Coimbra, todavia não há mais informações sobre estes (AHU-MA, d. 10131). Provavelmente por tais queixas contra estes outros estudantes, é que será motivado a reclamação sobre a suspensão da bolsa por Raimundo Pedro Silva e Cunha em 1806 (AHU-MA, d. 10457).

Educação e difusão de impressos na colônia, e no caso avaliado, no Maranhão, traz à tona o caráter ilustrado da política lusitana. Assim na pessoa de D. Rodrigo de Sousa



Coutinho, e dos governadores D. Fernando Antônio de Noronha e D. Diogo de Sousa serão aqueles que porão em práticas as ideias ilustradas voltadas para um pragmatismo científico.

No Grão-Pará dois “moços” foram indicados para cursar medicina na Universidade de Coimbra. Nesse ofício fica claro que eles deveriam se formar e depois retornar para sua capitania de origem. A formação acadêmica daqueles que estavam em solo americano, como já demonstrado, era uma necessidade que a Coroa almejava para que a estrutura do Império se mantivesse em pé. O caso do Pará no final do século XVIII não era diferente. No citado documento é indicado o nome de um desses indivíduos: Mateus Valente. Este fez preparatório e tinha se formado em matemática. É descrito como “um moço muito bem-comportado de índole e com talentos” e que ele desejava fazer parte da Marinha, o que mostra um indivíduo que almejava se inserir nas redes sociais do Império desde a formação acadêmica até a experiência militar. Mateus Valente consta na lista dos luso-americanos formados pela Universidade de Coimbra, primeiramente em matemática e filosofia em 1791 e depois em medicina em 1795. O outro indivíduo não é identificado (AHU-PA, d. 8492).

REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Maranhão - Avulsos)

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a concessão de licença ao cadete Antônio Lourenço dos Santos para ir ao Reino prosseguir os seus estudos. São Luís, Maranhão. 04/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, D.8253.

OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a criação de caixas de crédito, por ordem régia de 10 de Maio, a fim de financiar os colonos daquela capitania. São Luís, Maranhão. 14/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8376.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a concessão de licença ao alferes do Regimento de Linha José Félix Pereira de Burgos para ir estudar na Universidade de Coimbra, em conformidade com o Aviso de 2 de Agosto de 1799. São Luís, Maranhão. 08/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8579.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a pretensão da câmara da cidade de São Luís do Maranhão em mandar António da Silva Cunha e Manuel Correia de Faria para estudarem na Universidade de Coimbra. São Luís, Maranhão. 15/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8587.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a informação de Manuel Rodrigues de Castro e Severino Ferreira Lustosa pedindo para irem estudar no Reino. São Luís, Maranhão. 16/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8588.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um engenheiro hábil para futuras obras. São Luís, Maranhão. 21/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8596.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8767.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a remessa de vários estudantes para Portugal para cursarem Ciências Naturais e Exatas na Universidade de Coimbra. São Luís, Maranhão. 11/05/1801. *AHU-MA*, cx. 116, D. 8974.

Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Piauí)

OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país. Oeiras, Piauí. 16/08/1799. *AHU-PI*, cx. 22, d. 1166.

Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Pará)

OFÍCIO do intendente geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio, para o Reino, de dois indivíduos naturais da cidade do Pará para serem inscritos no curso de Medicina do Colégio das Ciências Naturais de Coimbra, de modo a estarem capacitados a exercer o ofício naquele Estado. Lisboa, Portugal. 22/09/1796. *AHU-PA*, cx.108, d. 8492.

AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para o [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Resende, [D. António José de Castro], remetendo o ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará [e Rio Negro, D.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Francisco Maurício de Sousa Coutinho], em que dá o seu parecer sobre vários requerimentos dos professores régios do Pará pedindo a prorrogação do exercício dos mesmos nas suas respectivas cadeiras. Queluz. 15/04/1799. AHU-PA, cx. 114. d. 8852.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal* (Temas e problemas). Lisboa: Horizonte, 2003.

BASÍLIO, Romário Sampaio. *Impressos e mercadores no mar: Luzes e sombras entre Portugal e Maranhão (1768-1826)*. - Monografia (graduação em história licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

CHARTIER, Roger. *Inscrever & apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

COSTA JÚNIOR, Flávio P. UM MARANHÃO ILUSTRADO? História e correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa 1798-1801. – Dissertação (mestrado em história social) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. volume 278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968

GALVES, Marcelo Cheche. “Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos”. *Outros Tempos*, vol. 11, n. 18, 2014. _____. *Ao Público sincero e imperial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*, Niterói, 2010 – Tese (doutorado em história)- UFF, 2010.

_____; BASÍLIO, Romário Sampaio. “Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823)” *Revista Clio*, n. 32.1, 2014.

GODÓIS, Antônio B. Barbosa de. *História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal* – 2.ed.- São Luis: AML/EDUEMA , 2008.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.